COLEÇÃO

Mundo do Trabalho

Coordenador Ricardo Antunes

TÍTULOS PUBLICADOS

OS SENTIDOS DO TRABALHO
Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho
Ricardo Antunes

HOMENS PARTIDOS
Comunistas e sindicatos no Brasil
Marco Aurélio Santana

O EMPREGO NA GLOBALIZAÇÃO
Marcio Pochmann

CRÍTICA À RAZÃO INFORMAL
A imaterialidade do assalariado
Manoel Malaguti

O NOVO (E PRECÁRIO) MUNDO DO TRABALHO
Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo
Giovanni Alves

TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E FRAGMENTAÇAO DOS TRABALHADORES
João Bernardo

TERCEIRIZAÇÃO: (DES)FORDIZANDO A FÁBRICA
Maria da Graça Druck

POBREZA E EXPLORAÇÃO DO TRABALHO NA AMÉRICA LATINA
Pierre Salama

O ROUBO DA FALA
Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil
Adalberto Paranhos

O MISTER DE FAZER DINHEIRO
Automatização e subjetividade no trabalho bancário
Nise Jinkings

FORDISMO E TOYOTISMO NA CIVILIZAÇÃO DO AUTOMÓVEL
Thomas Gounet

NEOLIBERALISMO, TRABALHO E SINDICATOS
Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil
Huw Beynon, José Ricardo Ramalho, John McIlroy e Ricardo Antunes (org.)

DA GRANDE NOITE À ALTERNATIVA
O movimento operário europeu em crise
Alain Bihr

A CÂMARA ESCURA
Alienação e estranhamento em Marx
Jesus Ranieri

DO CORPORATIVISMO AO NEOLIBERALISMO
Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra
Angela Araújo (org.)

NOVA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO?
Um olhar voltado para a empresa e a sociedade
Helena Hirata

PARA ALÉM DO CAPITAL
Rumo a uma teoria da transição
István Mészáros

O SÉCULO XXI
Socialismo ou barbárie?
István Mészáros

ALÉM DA FÁBRICA:
Trabalhadores, sindicatos e a questão social
Marco Aurélio Santana e José Ricardo Ramalho (orgs.)

Adalberto Moreira Cardoso

PASTA: 24
COPIAS: 35
R$: 5,25

A DÉCADA NEOLIBERAL

e a crise dos sindicatos no Brasil

Comp - V.4

BOITEMPO EDITORIAL

2003

SUMÁRIO

Prefácio, *15*
Introdução, *23*
Capítulo 1 Retratos da crise na década neoliberal, *33*
1.1 O crescimento do sindicalismo na década de 1980, *33*
1.2 Um parêntese, *38*
1.3 Uma imagem no espelho..., *39*
1.4 ...E mais, *44*
1.5 Fogo sob as cinzas, *49*
1.6 Outro parêntese, *50*
1.6.1 Uma volta por cima? O setor automotivo, *52*
1.7 As centrais sindicais e a política, *61*
1.7.1 A FS e a política, *65*
1.7.2 A CUT e a política, *68*
1.8 Conclusão, *73*

Capítulo 2 Flexibilidade, empregabilidade e a ortodoxia neoliberal, *77*
2.1 Sobre horizontes analíticos, *77*
2.2 Desregulamentação: uma receita, *82*
2.3 Flexibilidade, *88*
2.3.1 Um modelo, *90*

2.3.2 Flexibilidade e Estado mínimo, *93*
2.4 Empregabilidade, *99*
2.4.1 Uma crítica interna, *106*
2.5 O direito do trabalho e seus sentidos, *111*
2.6 Coda, *118*

Capítulo 3 Direito do trabalho e relações de classe no Brasil: revisitando problemas e interpretações, *123*
3.1 Apresentação, *123*
3.2 Corporativismo?, *127*
3.2.1 Modelo legislado e relações de classe no Brasil, *137*
3.2.2 Perscrutando a natureza do direito do trabalho, *140*
3.3 Modelo legislado e validade da norma jurídica, *145*
3.3.1 Sobre obrigação e legitimidade, *147*
3.3.2 Uma hipótese, *157*
3.4 A crescente judicialização das relações de classe no Brasil, *160*
3.4.1 Um fenômeno jurídico?, *165*
3.4.2 Um fenômeno social, *172*
3.5 Natureza das demandas trabalhistas: um estudo de caso, *178*
3.5.1 Conteúdos das demandas, *180*
3.6 Conclusão, *188*
Anexo: Demandas trabalhistas nas varas do trabalho do Rio de Janeiro: 1989-2001, 193

Capítulo 4 A filiação sindical no Brasil, *205*
4.1 Apresentação, *205*
4.2 Por que estudar a densidade sindical?, *207*
4.2.1 O que a filiação mede?, *210*
4.3 O movimento geral, *215*
4.4 As forças cegas: variação absoluta no total de filiados, *225*
4.5 A agência: variação relativa na densidade sindical, *233*
4.6 Conclusão, *243*

Capítulo 5 Os sindicatos e a insegurança socioeconômica, *249*
5.1 Apresentação, *249*
5.2 Uma vez mais, a filiação sindical, *254*
5.3 O *survey* de segurança socioeconômica da OIT, *257*
5.3.1 Explicando a filiação a sindicatos, *258*
5.3.2 Segurança no trabalho e no emprego, *262*
5.3.3 Acesso a direitos trabalhistas e bem-estar, *271*
5.3.4 Segurança de representação de interesses, *279*
5.4 Conclusão, *289*
5.5 Apêndice, 293

Conclusão, *295*
Bibliografia, *309*

Tabela 5 – Média de grevistas por greve e processos nas varas do trabalho: Brasil, 1980-1999

Ano	Média de grevistas por greve	Processos
1980	5633	678370
1981	4153	729167
1982	3324	702719
1983	2226	750697
1984	2141	784561
1985	6573	813412
1986	3680	807845
1987	3925	837714
1988	3846	922879
1989	4661	1131556
1990	8611	1233410
1991	11938	1496829
1992	4600	1517916
1993	5507	1535601
1994	2665	1624654
1995	2157	1826372
1996	2222	1941070
1997	1284	1981562
1998	2709	1958594
1999	2567	1877022

Fonte: Noronha (1994), para greves até 1991; DIEESE, para greves entre 1992 e 1999; TST para os processos.

4

A FILIAÇÃO SINDICAL NO BRASIL

4.1 Apresentação

As reformas liberais da década de 1990, como sugerido no capítulo 1, tiveram efeitos decisivos sobre as bases de sustentação do sindicalismo brasileiro[126]. As mudanças na configuração do mercado de trabalho têm três faces salientes: (i) a redução da taxa de formalização, ou melhor, da proporção de assalariados com carteira na população ocupada, assalariados que são a clientela tradicional dos sindicatos; (ii) um deslocamento sem precedentes do emprego da indústria para o comércio e os serviços; (iii) e o aumento do desemprego estrutural. A redução na formalidade foi analisada no capítulo anterior, em sua relação com o aumento da judicialização das relações de classe no país. Neste capítulo

[126] Uma versão anterior e levemente modificada deste capítulo apareceu pela primeira vez em *Dados, Revista de Ciências Sociais,* Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 1, 2001, v. 44, p. 15-52. Agradeço os comentários de Wanderley Guilherme dos Santos à versão anterior do capítulo, bem como aos colegas da Labor Session da Latin American Studies Association (LASA), onde versão um pouco modificada dos argumentos foi apresentada no encontro de 2001.

ocupo-me dos efeitos das mudanças na estrutura da distribuição do emprego sobre a filiação sindical na década de 1990. Formulando sistematicamente a pergunta que orientará a análise: se, como veremos, a densidade sindical pode ser tomada (com reservas importantes) como medida da força dos sindicatos em sociedade, quanto de sua variação pode ser atribuído ao que na introdução denominei "forças cegas" da "globalização", cuja face no Brasil é o Plano Real, e quanto pode ser atribuído a estratégias e práticas dos agentes de trabalho, Estado e capital?

Na tentativa de responder a esta indagação, utilizo como referência empírica a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), o que impõe limites importantes à empreitada. Ocorre que a PNAD não mede estratégias sindicais. Ela apenas pergunta se o indivíduo é filiado ou não a sindicatos ou associações de classe. O desafio consiste em encontrar elementos na própria pesquisa que sirvam como indicadores de determinantes estruturais, e elementos que denotem, de um modo ou de outro, escolhas, intervenção intencional no ambiente. É claro que o conteúdo mesmo das escolhas, das barganhas políticas, das estratégias sindicais mais gerais e das táticas miúdas no dia a dia não pode ser esmiuçado aqui. Mas pretendo mostrar que a variação absoluta na densidade sindical é expressão sobretudo de movimentos estruturais, enquanto a variação relativa nas taxas de filiação *pode ser* indicador importante, conquanto limitado, das escolhas dos agentes. E, antecipando uma conclusão, argumentarei que as "forças cegas" determinam intensa e conspicuamente a variação absoluta na densidade sindical, mas têm papel limitado na explicação da variação relativa, sugerindo que, mesmo no ambiente hostil e inóspito da reforma econômica em curso, os sindicatos encontraram brechas importantes

para afirmar sua capacidade de intervenção no ambiente. Antes de passar aos dados, é importante qualificar o interesse do estudo da densidade sindical enquanto medida do poder sindical.

4.2 Por que estudar a densidade sindical?

Há muito a variação nas taxas de filiação mobiliza analistas do sindicalismo no Brasil e no mundo[127]. Tida como medida necessária (e por vezes, suficiente) da representatividade do sindicalismo[128], a queda no número de associados vem em toda parte sendo tomada como indicador decisivo de crise, para muitos resultando no definitivo deslocamento dos sindicatos do centro da cena na ordem social contemporânea. Não são poucos os que argumentam que o trabalho organizado deve gastar todas as suas energias no esforço de aumentar o número de filiados, num reconhecimento explícito de que aí repousa sua capacidade de influência econômica e política e, portanto, seu poder[129].

A medida, porém, não deixa de apresentar suas limitações, sobretudo na comparação entre países. Em primeiro lugar, a definição mesma da taxa de filiação é coextensiva com a forma como é mensurada. Por outros termos, uma taxa é um número resultante de uma divisão, uma conta em que a delimitação do numerador e do denominador define inteiramente seu conteúdo. Entretanto, problema aparente-

[127] Ver, por exemplo, Visser (1993 e 1994), Western (1997) e Martins Rodrigues (1999); este último apresenta vasta revisão da bibliografia pertinente.

[128] Alerta importante sobre os limites da taxa de filiação como medida do poder sindical é Visser (1994b).

[129] Como Masters (1997) para os Estados Unidos ou Fujimura (1997) para o Japão.

mente técnico ganha vulto conceitual na identificação tanto da população de referência (o denominador) como da população-alvo (o numerador). Na primeira, deve-se incluir toda a população do país ou apenas a população ocupada? Deve-se incluir apenas os assalariados ou todos os ocupados? Não será conveniente incluir também os trabalhadores desempregados, já que em algum momento voltarão a um emprego? Em países onde os sindicatos prestam serviços aos desempregados (como a Suécia ou a Austrália) isso faz todo sentido, mas onde os sindicatos organizam apenas os empregados (como Brasil ou Estados Unidos) tal inclusão talvez subestime a taxa de filiação. E o que fazer com os aposentados? Sindicatos com sistemas de previdência ou de saúde coletiva (como a Noruega, Israel até 1995 e, de novo, Suécia) certamente gostariam de contá-los como parte de sua *constituency*, quando nada para mensurar o grau de penetração de seus serviços junto ao público alvo. Há, pois, questões definicionais de monta que podem tornar muito problemática a comparação entre países[130].

Em segundo lugar, embora em boa parte dos casos a taxa de filiação seja uma medida da extensão da cobertura dos acordos coletivos de trabalho, em certos países isso não se dá. No Brasil, por exemplo, o trabalhador não tem que se filiar para ter direito aos benefícios da negociação coletiva. Na França (e em vários outros países de tradição legislada de relações de trabalho, como Portugal, Austrália, Argentina ou México) dá-se algo semelhante. Embora a taxa de filiação seja inferior a 9%, mais de 90% da população assalariada francesa é coberta por acordos coletivos. E ninguém negará

[130] Mecanismos de controle desses problemas, recorrentes na pesquisa comparativa, são discutidos eficazmente em Przeworski e Taune (1970); Ragin (1987) e Lieberson (1985 e 1991), dentre outros.

que os sindicatos franceses têm poder social e econômico, expresso, por exemplo, na capacidade de parar o país em greves gerais[131].

Em terceiro lugar, pode-se argumentar que o poder sindical mede-se não tanto (ou nem sempre) pela capacidade de arregimentar filiados, mas sim pelo poder de iniciar ações coletivas, encerrá-las quando for o caso, ou impedir que aconteçam sem o consentimento do sindicato (Pizzorno, 1978; Tilly e Tilly, 1998, cap. 11; Cardoso, 1999b, cap. 3). Isso porque a filiação sindical não denota necessariamente disposição para a ação coletiva, que é, em última análise, a forma efetiva de exercício de poder por parte dos sindicatos. No Leste da Europa e na antiga União Soviética, a sindicalização era próxima dos 100%, porque compulsória (Thirkell, Petkov e Vickerstaff, 1998). Na China continental as taxas são superiores a 70% da força de trabalho (Ng e Warner, 1998). Em qualquer desses casos, porém, os sindicatos não atuavam ou não atuam como instituições autônomas de organização e luta pelo interesse dos representados. A filiação era ou é, mais propriamente, uma figura administrativa, não uma medida de poder ou capacidade de mobilização sindical[132].

O que está em causa aqui é a resposta à pergunta: o que a filiação sindical mede? O poder sindical frente aos patrões e ao governo? A penetração do sindicato em suas bases de apoio? A extensão dos acordos coletivos? A presença da instituição sindical em sociedade? A dificuldade em tomá-la como medida universal da representatividade e/ou impor-

[131] Para todos esses casos, ver ILO (1997).

[132] É verdade que os sindicatos, como correia de transmissão do partido no modelo leninista clássico, tinham, sim, poder sobre os filiados, num sentido preciso: de impedir a emergência de oposição ao regime.

tância dos sindicatos está em que ela mede coisas diferentes em cada país. E está em que, em cada nação, a escolha tanto do denominador quanto do numerador não é trivial.

4.2.1 O que a filiação mede?

No Brasil não é diferente. Como mencionado, entre nós os trabalhadores não necessitam se filiar a sindicatos para ter acesso aos resultados da negociação coletiva. O sindicato único na base territorial é seu representante compulsório. É verdade que apenas os filiados votam em eleições sindicais, de sorte que a filiação não se relaciona apenas com aspectos alheios à representação de interesses propriamente dita: ela tanto abre as portas dos serviços assistenciais prestados pelos sindicatos[133] como habilita os trabalhadores a eleger seus representantes. Pois é justamente esta combinação que faz a especificidade do sindicalismo brasileiro, dando à filiação tons diversos do que se passa no mundo ocidental e dificultando a comparação.

De um lado, o sindicalismo corporativo das décadas de 1960 e 1970 tinha incentivos muito fortes para limitar o número de filiados à sua capacidade logística de prestar serviços (Boito, 1991). Impedidos de representar os trabalhadores pela repressão militar, especializaram-se em agenciar prestações sociais aos adeptos. Como pode ser facilmente demonstrado, há um limite de usuários possíveis dos serviços, dada uma estrutura definida de recursos financiada pelo imposto sindical e pela taxa de associação. A contribuição marginal de cada novo associado, a partir deste limite, está aquém da demanda potencial que ele representa. Num sindicato baseado na prestação de serviços (como é o caso do sindicalismo corporativo sob a ditadura), a ampliação do número de associados para além deste limite significa a redução da possibilidade de acesso àqueles mesmos serviços, para todos os associados (Cardoso, 1999b).

[133] Mas já pude demonstrar que a prestação de serviços é residual no sindicalismo brasileiro. Ver Cardoso (1999b, cap. 2).

De outro lado, o controle do número de filiados foi mecanismo tradicionalmente utilizado por este sindicalismo para evitar a competição nas eleições sindicais e tinha, portanto, um corte nitidamente autoritário. Como a base territorial e, com ela, o número de contribuintes compulsórios não tinha (e ainda não tem) qualquer relação com a filiação, era comum que os sindicatos *desfiliassem* trabalhadores às vésperas de eleições, para evitar surpresas nas urnas[134]. Já as oposições sindicais ligadas ao "Novo Sindicalismo" tiveram como uma de suas armas mais poderosas na década de 1980 a realização de campanhas massivas de filiação, por razões perfeitamente opostas: forçar uma surpresa em eleições tradicionalmente não-competitivas. O sindicalismo corporativo controlava a filiação para não perder eleições, e o ovo sindicalismo atuava sobre as mesmas taxas para vencê-las. Em ambos os casos, mais do que medida de poder do sindicato em sociedade, a taxa de filiação era uma instrumento de ajuste interno entre as facções em luta pelo controle das instituições.

É verdade que o Novo Sindicalismo fez da filiação sindical um mecanismo poderoso de afirmação de seu poder na transição do autoritarismo no Brasil. Categorias como bancários de São Paulo, metalúrgicos do ABC, professores

[134] Como é o caso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que utilizou esta tática até muito recentemente. Ver Nogueira (1990) e Cardoso (1999b). É bom lembrar que tratou-se de expediente comum nos inícios do sindicalismo em várias partes do mundo, utilizado sobretudo contra a militância comunista (Hyman, 1999a).

da rede estadual paulista, petroleiros em nível nacional, chegaram a taxas de filiação comparáveis aos países nórdicos, superiores a 70%[135]. Claramente, não se está diante de associativismo relacionado apenas com a prestação de serviços, algo estruturalmente impensável em categorias profissionais com 200 ou 300 mil trabalhadores na base. A filiação, neste caso, deve ser tomada como medida da penetração dos sindicatos em suas hostes de apoio, bem como de seu poder de pressão sobre os patrões e o governo.

Ainda assim, pesquisa abrangente realizada como um suplemento da Pesquisa Mensal de Emprego de abril de 1996 para as seis regiões metropolitanas cobertas pelo IBGE[136], revelou que, dentre os trabalhadores com 18 anos ou mais que eram filiados a sindicatos ou associações profissionais, apenas 28% tinham participado de assembléias sindicais nos últimos 12 meses (a pergunta não foi feita aos não-associados). Além disso, a sindicalização não ajudava a prever a participação em atividades políticas mais gerais (tabela 6): entre os filiados as taxas eram apenas ligeiramente superiores às dos não-sindicalizados em questões como listas ou abaixo-assinados, manifestações de protesto, reuniões de grupos locais ou mesmo greves. Nesse último caso, apenas 6,6% dos associados participaram de greves no ano anterior, contra 1,3% dos não-associados. Ademais, nada mais do que 2,4% dos filiados apontaram os sindicatos como fonte de informação na decisão do voto. É fato que os adeptos tendem a reconhecer nos sindicatos e associações profissionais entidades representativas de seus interesses numa proporção maior do que os não-sindicalizados. Mesmo assim, apenas 21% daqueles apontaram suas entidades de classe como as

[135] Fonte: PNAD, 1988.

[136] São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Salvador.

que melhor defendem seus interesses, enquanto o estranhamento em relação à política é majoritário, com quase 43% dos filiados afirmando não se sentir representados por qualquer das organizações mencionadas na pesquisa.

Nesse quadro, se a filiação sindical pode, em certos casos, representar a disposição organizativa de determinados sindicatos, por outro lado parece claro tratar-se de medida muito aproximada, por vezes inadequada, do grau de proximidade dos sindicatos com seus representados e, por extensão, de sua representatividade. Como argumento em outro trabalho, concluindo a partir de dados mais restritos do que os que acabo de apresentar, colhidos junto a quatro categorias de trabalhadores na Grande São Paulo, "os sindicatos no Brasil, porque não necessitam filiar adeptos para representá-los, estabelecem diversos mecanismos de vinculação com os que representam, mecanismos nem sempre relacionados com a formalização de tal vinculação. Tais mecanismos estão diretamente relacionados com a ação coletiva, seja ela uma greve ou simplesmente uma relação identitária de representação por identificação", e a filiação sindical contribui muito pouco para elucidá-los (Cardoso, 1999b, p. 104).

Tabela 6 – Participação política, informação e opinião sobre representação de interesses, segundo a sindicalização em seis regiões metropolitanas: população de 18 anos ou mais

Participou de atividades políticas?	Associado a sindicato ou associação profissional		Total
	Não	Sim	
Listas ou abaixo-assinados	10,6	14,7	11,4
Manif. de protesto	1,4	4,4	2
Trabalho voluntário	3,2	5,8	3,7
Reun. de grupos locais	4,0	6,3	4,4
Greves	1,3	6,6	2,3
Nenhum	79,5	62,4	76,2

Quem consulta para decidir o voto	Associado a sindicato ou associação profissional		Total
	Não	Sim	
Amigos ou parentes	16,7	14,1	16,2
Chefe ou patrão	0,3	0,4	0,4
Igreja ou culto	2,0	1,3	1,9
Jornais ou revistas	12,8	22,0	14,6
Rádio	7,7	6,7	7,5
Sindic. ou associações	0,5	2,4	0,9
Televisão	33,9	33,4	33,8
Nenhuma	26,0	19,9	24,8
Quem representa melhor os interesses?	**Não**	**Sim**	**Total**
Associações profissionais	3,2	8,9	4,3
Igrejas ou cultos	12,0	7,5	11,2
Os juízes	4,2	4,5	4,3
Políticos	5,2	5,3	5,2
O presidente	5,4	3,6	5
Os sindicatos	6,1	21,3	8,9
Associações de bairro	7,2	6,5	7,1
Nenhum deles	56,6	42,5	54
TOTAL	51376	11337	62713

Fonte: PME/IBGE, Suplemento Educação e Trabalho de abril de 1996.

No que se segue, pois, o leitor deve ter em mente que os movimentos nas taxas de filiação, bem como seus determinantes, são indicadores apenas aproximados do que se passa com a representatividade e o poder do sindicalismo no Brasil. O exercício não é de modo algum diletante, porém, já que, em certas categorias profissionais mais mobilizadas, a taxa de filiação denota, sim, o poder sindical, ainda que não de forma unívoca. Acresce que esta é a medida mais comum desse poder no mundo, o que permite comparações mais abrangentes. E, como diz Martins Rodrigues (1999), não se

pode conceber um sindicalismo que, para aumentar sua força, trabalhe advertidamente para desfiliar adeptos.

4.3 O movimento geral

Iniciemos a investigação com um olhar panorâmico sobre o que se passa com a densidade sindical no Brasil, apenas para afirmar uma surpresa inicial: ela vem apresentando espantosa estabilidade desde sua primeira medição junto aos trabalhadores de toda a nação, realizada pela PNAD em 1988. Então, quase 22% da população adulta ocupada em posições assalariadas (doravante, população ocupada assalariada, POA) declarou-se filiada a sindicatos ou associações profissionais[137]. Esta proporção aumentou um pouco em 1992 e vem caindo sistematicamente a cada ano, mas a taxas muito pequenas que, ao final (1998), acumulam-se em uma perda de apenas 1,85 pontos percentuais em dez anos. Se analisarmos a filiação dos assalariados com carteira, a queda é ainda menor, 0,26 pontos percentuais em dez anos, passando de 28,8 para 28,51%. O movimento de queda a partir de 1992 é, inclusive, revertido em 1998, com ganho de quase 1 ponto percentual em relação ao ano anterior. É o que nos informa a tabela 7.

A queda na participação relativa dos sindicalizados no total da população assalariada *decorre sobretudo da estabili-*

[137] Para efeitos da análise apresentada aqui, a PO assalariada compõe-se dos empregados com e sem carteira, empregados domésticos de qualquer tipo, trabalhadores rurais e funcionários públicos. Exclui, pois, militares (proibidos de se sindicalizar), por conta própria, empregadores e trabalhadores para o próprio consumo ou uso, além dos trabalhadores sem remuneração. Excluí os menores de 18 anos porque a pergunta sobre filiação sindical na PNAD só se aplica a pessoas de 18 anos ou mais.

dade no número absoluto de filiados, bem marcada depois de 1992. Isto quer dizer que o movimento sindical brasileiro não conseguiu aumentar a massa de associados junto a uma população trabalhadora que cresceu mais de 12% no período. Contudo, ocorreu algo bem diverso no que respeita à taxa de filiação *dos assalariados com carteira assinada*, a rigor e legalmente, a clientela dos sindicatos no país (juntamente com os funcionários públicos). Por comparação com 1988, havia menos 713 mil trabalhadores com carteira associados em 1998, e a queda proporcional só não foi maior do que

Tabela 7 – Evolução da taxa de filiação sindical da população ocupada assalariada de 18 anos ou mais, e dos assalariados com carteira de 18 anos ou mais: Brasil, 1988-1998

Categorias	1988	1992	1993	1995
POA adulta	34.279.202	34.777.618	35.695.613	37.060.634
Total de filiados	7.520.857	7.836.934	7.932.061	8.019.842
Taxa filiação (%)	21,94	22,53	22,22	21,64
POA/Total da PO	64,04	56,61	57,19	56,28
Total ass. com carteira	21.607.963	19.332.874	19.333.602	19.791.525
Total de filiados com carteira	6.216.980	5.990.541	5.862.114	5.799.449
Taxa filiação ass. carteira	28,77	30,99	30,32	29,30

Categorias	1996	1997	1998
POA adulta	37.738.808	38.261.082	38.587.504
Total de filiados	7.934.704	7.931.065	7.751.583
Taxa filiação (%)	21,03	20,73	20,09
POA/Total da PO	58,01	57,01	56,91
Total ass. c com carteira	20.013.704	20.359.528	19.305.730
Total de filiados com carteira	5.676.840	5.619.940	5.503.259
Taxa filiação ass. carteira	28,36	27,60	28,51

Fonte: PNAD/IBGE.

entre os membros da POA porque o emprego com carteira também caiu intensamente. A (diminuta) queda na filiação neste estrato específico, portanto, decorre de que a perda de filiados foi um pouco maior do que a destruição de postos formais de trabalho na economia brasileira.

O que representa esta variação em termos internacionais? A tabela 8 traz dados para 44 países de vários continentes, ordenados de modo decrescente segundo a taxa de crescimento na filiação sindical entre 1985 e 1995[138]. Dividamos estes países segundo aqueles que pelo menos mantiveram a filiação (13 deles), compondo assim um grupo de movimentos sindicais mais ou menos *bem-sucedidos* na nova ordem econômica mundial, o grupo I. Denominemos aqueles com variação negativa de até 20% na taxa de sindicalização como *sobreviventes*, apesar dos percalços, juntando-os no grupo II. Que aqueles cuja densidade sindical caiu entre 20% e 40% constituam um grupo no qual o sindicalismo encontra-se *em dificuldades*, o grupo III. E que aqueles com perda superior a 40% em sua densidade (grupo VI) sejam denominados países com movimento sindical em *crise profunda*. Nesta classificação algo arbitrária mas de modo algum sem sentido, o Brasil aparece na órbita do sindicalismo *sobrevivente* e, se considerarmos a população assalariada com car-

[138] Os dados apresentados na tabela podem ser encontrados no anexo estatístico de ILO (1997, p. 237-40). Impus algumas restrições às informações prestadas ali. Em primeiro lugar, retive apenas os casos em que havia informação para um intervalo de pelo menos oito anos, evitando assim que variações superiores ou inferiores tornassem problemática a comparação com o Brasil, cujos dados cobrem dez anos. Em segundo lugar, e também em benefício da comparação, mantive apenas os países para os quais havia informação para a população assalariada. Estas restrições reduziram o número de casos de 68 para 44.

teira, muito próximo do grupo dos bem-sucedidos. Cabem alguns comentários sobre esta classificação.

Tabela 8 – Variação percentual na taxa de filiação sindical dos trabalhadores assalariados em alguns países selecionados

País	Anos	Taxa no início	Variação % (a)
GRUPO I			
África do Sul	85-95	17,7	130,8
Filipinas	85-95	20,7	84,9
Espanha	85-94	11,5	62,1
Turquia	87-95	21	60,5
Malta	85-94	47,9	35,8
Hong Kong	85-94	16,8	33,7
Finlândia	85-95	68,3	16,1
Suécia	85-94	83,8	8,7
Groenlândia	85-94	78,3	6,3
Noruega	85-95	55,7	3,6
Coréia	85-95	12,4	2,4
Dinamarca	85-94	78,3	2,3
Canadá	85-93	36,7	1,8
GRUPO II			
Bélgica	85-95	52,0	-0,2
Brasil (b)	88-98	28,8	-0,9
Tailândia	85-95	4,3	-2,5
Itália	85-94	47,6	-7,4
Brasil (c)	88-98	21,9	-8,4
Egito	85-95	42,7	-9,1
Holanda	85-95	28,7	-11
Bielorrúsia	85-95	100	-12
Irlanda	85-93	56	-12,6
Japão	85-95	28,8	-16,7
Alemanha (d)	85-93	35,3	-17,4
Singapura	84-95	19,4	-18,1
Luxemburgo	87-95	53	-18,1
Áustria	85-95	51	-19,2
GRUPO III			
EUA	85-95	18	-21,1
Suíça	85-94	28,8	-21,7
Taiwan	87-95	42,9	-22,8
Hungria	85-95	80,4	-25,3
Reino Unido	85-95	45	-27,7
Austrália	85-95	50	-29,6
Cuba	85-95	100	-29,8
Azerbaidjão	85-95	96,3	-33,7
Grécia	85-95	36,7	-33,8
França	85-95	14,5	-37,2
GRUPO IV			
Polônia	89-95	58,8	-42,5
Argentina	86-95	67,4	-42,6
Venezuela	88-95	29,8	-42,6
Costa Rica	85-95	29,1	-43
Portugal	86-95	51,4	-50,2
Nova Zelândia	86-95	54,1	-55,1
Estônia	85-95	82,5	-56,3
Israel	85-95	100	-77

(a) Variação = ((taxa início/taxa fim) -1)*100;
(b) Brasil: assalariados com carteira;
(c) Brasil: todos os assalariados;
(d) Apenas a antiga Alemanha Ocidental. Os dados para a Alemanha Oriental restringem-se ao período 1991-1993.
Obs.: Dados para a população assalariada de cada país.
Fonte: ILO (1997) e PNAD/IBGE.

Primeiro, é interessante notar que, com exceção do grupo IV, não há nítida correlação entre intensidade da mudança na densidade sindical e taxa de filiação na origem. A tabela deixa claro que movimentos sindicais "fortes" e "fracos" perderam ou ganharam adeptos no período em todos os grupos. Esse achado contraria a conclusão de Martins Rodrigues (1999),

para quem a queda na filiação foi maior entre movimentos sindicais com baixa filiação e, portanto, fracos na origem, e menor onde o sindicalismo era mais forte (força medida pela taxa de filiação, nos dois casos). No grupo I, de sindicalismo bem-sucedido, 6 países tinham densidade baixa[139], 2 tinham densidade média e outros 5, densidade alta. No grupo II temos 6 de baixa densidade, 3 de média e 5 de alta. E no grupo III, dos países com movimento sindical em sérias dificuldades, são 3 de baixa, 3 de média e 4 de alta. Se há uma correlação, pois, é inversa à encontrada por Martins Rodrigues (e sugerida também por Western, 1997, p. 21 e ss.): somando-se os grupos III e IV, dos 18 países em dificuldades ou em crise profunda, 10 tinham alta densidade na origem[140].

Em segundo lugar, em vários países do quadro analisado aqui, boa parte da dificuldade do sindicalismo manter sua taxa de filiação é atribuída a deslocamentos de população entre setores produtivos, ao aumento do desemprego, à fragmentação da produção e a mudanças na composição da PEA por gênero. Segundo análises correntes, a filiação sindical não caiu (ou mesmo cresceu) apenas nos países que: (i) conseguiram compensar a redução da participação da indústria (e, em muitos casos, da agricultura) no emprego total e o conseqüente aumento do emprego no setor terciário, isto

[139] Na classificação de Martins Rodrigues, baixa densidade varia de zero a menos de 30%; média, de 30% a menos de 50%; e alta, de 50% ou mais.

[140] Na verdade, a relação entre número de filiados antes e evolução da taxa de filiação no tempo é inversa ao que encontrou Martins Rodrigues (1999). A correlação simples (Pearson) é de -0,40. É certo que Martins Rodrigues analisou a evolução nas taxas até 1989 e restringiu-se aos países mais ricos, o que torna os dados menos comparáveis. O que importa aqui é chamar a atenção para o fato de que, ao ampliar-se o rol de países analisados, a direção da correlação entre taxa no início e destino do sindicalismo inverte-se.

é, movimentos sindicais que lograram aumentar ou manter a taxa de filiação de segmentos terciários em crescimento; (ii) tiveram êxito na adesão de trabalhadores das pequenas e médias empresas nascentes em decorrência das terceirizações; (iii) conseguiram atrair novos adeptos entre a população feminina, cuja participação na PEA cresceu universalmente; (iv) e lograram filiar jovens entrantes no mercado de trabalho[141].

Pode-se argumentar que a nova configuração do mercado de trabalho é *efeito* de determinantes mais gerais, e uma análise comparada da variação nas taxas de filiação teria que dar conta destes últimos, isto é, dos movimentos econômicos e culturais que produzem mudanças estruturais e nas disposições dos agentes, resultando na perda de espaço para os sindicatos em sociedade. Não é interesse imediato deste trabalho mapeá-las, mas vale a pena chamar a atenção para alguns casos salientes, que permitem pôr o Brasil em perspectiva. Veremos que a queda na densidade sindical, conquanto seja a tendência geral em todos os continentes do globo, parece ter determinantes específicos em cada país.

No grupo IV, de pior desempenho, Israel aparece como o caso de maior perda de adeptos, 77%. A imagem de catástrofe esconde o fato de que a filiação antes universal a Histadrut, única central sindical do país e com mais de 80 anos de existência, decorria de que, por lei, cabia a ela a administração dos planos públicos de saúde. Isso mudaria exatamente em 1995, com a instituição da Lei Nacional de Seguro Saúde, que transferiu ao Estado este serviço. Desde então, a Nova

[141] Para uma análise global, ver ILO (1997), onde esses pontos são salientados. Ver também Hyman (1999b) e Waddington, Hoffmann e Lind (1999). No caso do terceiro mundo, análise compreensiva sobre o papel dos sindicatos no desenvolvimento que, ao mesmo tempo, chama a atenção para as injunções globais a limitar a ação sindical, pode ser encontrada em Thomas (1999).

Histadrut ganha feição exclusivamente *sindical* e é isso que explica a queda vertiginosa de sua afiliação (Nathanson et alii, 1999). Neste caso, a queda explica-se sobretudo pela mudança no ambiente institucional de regulação dos sindicatos, e a alta densidade na origem era menos sinônimo de força do que de provisões legais que tornavam a filiação virtualmente compulsória.

A Argentina é um caso em que parte relevante da explicação repousará, ao contrário, na enorme crise do sindicalismo peronista desatada pelo próprio Partido Justicialista (McGuire, 1997). Uma crise genuinamente sindical, ou afeita ao padrão de relação entre sindicatos e política naquele país, associada à redução substancial do peso da indústria na economia argentina. Algo semelhante parece ter ocorrido na Polônia, onde grande parte da queda tem relação com a apatia dos trabalhadores diante do "fracasso" do governo da solidariedade, isto é, de sua opção pelo neoliberalismo e dos altos custos sociais daí decorrentes (Thirkel et alii, 1998).

Quanto ao extremo superior do grupo I, dos países de sindicalismo bem-sucedido, cabe notar que África do Sul, Filipinas e Espanha partiram de taxas muito baixas de filiação, o que tende, em termos puramente matemáticos, a inflar o impacto relativo de acréscimos em pontos percentuais. Por exemplo, o aumento de 62% na Espanha resulta, em 1995, numa taxa de filiação ainda baixa, de 18,6% dos assalariados. Ainda assim, o crescimento coincide com o acesso dos socialistas ao poder e com mudanças na legislação sindical que, a um só tempo, ampliaram a liberdade sindical e o poder destas entidades frente às comissões de fábrica criadas durante o regime de Franco. Além disso, as duas maiores centrais sindicais do país, UGT e CCOO[142], concorrentes

[142] Confederación Sindical de Comisiones Obreras (CCOO); Confederación Sindical Unión General de Trabajadores (UGT).

até pelo menos 1986, unem forças contra políticas de emprego do governo e promovem várias greves gerais bem-sucedidas (Ojeda-Avilés, 2000). A África do Sul (assim como as Filipinas) também viveu processo de democratização, com liberalização muito intensa da ação sindical, movimento que teve papel central na transição e que ganhou grande legitimidade junto à população (Seidman, 1994; Adler e Webster, 1995; Bezuidenhout, 2000). Em quaisquer destes casos, o crescimento não tem caráter "administrativo" ou legal. É crescimento genuíno de movimentos sindicais antes débeis (medindo-se pela taxa de filiação).

Tomando o grupo do Brasil, a variação por país obedece a razões também diversas. No Japão a perda de adeptos é sistemática desde o primeiro choque do petróleo, sugerindo mudanças estruturais com impacto lento mas permanente sobre as bases de sustentação dos sindicatos. Tal impacto parece estar relacionado: (i) com mudanças na composição do emprego (terciarização, crescimento do emprego feminino e em tempo parcial); (ii) com a acentuada queda na sindicalização nos serviços e no setor financeiro; e (iii) com a incapacidade dos sindicatos organizar novos estabelecimentos, sobretudo as pequenas e médias empresas (Fujimura, 1997; Tsuru e Rebitzer, 1995). Na Holanda, grande parte da variação negativa parece decorrer da crise do sindicalismo industrial (Visser, 1993), o que, por seu lado, tem relação com a redefinição do lugar do país na divisão internacional do trabalho e do peso da indústria na economia. Além disso, nesse país o desemprego parece afetar mais intensamente o sindicalismo do que nas demais nações européias (Waddington, Hoffmann e Lind, 1999).

Neste mesmo grupo, a antiga Alemanha Ocidental[143], que vinha de taxas médias de sindicalização na década de 1980, é caso em que a queda tem sobretudo a ver com a fusão entre partes ocidental e oriental do país, que resultou: (i) em crescimento do desemprego na porção ocidental nos setores de atuação da Deutscher Gewerkschaftsbund (DGB), como os trabalhadores industriais (Martins Rodrigues, 1999); (ii) em desafios renovados para a unidade do movimento operário, decorrentes da dificuldade dos sindicatos unificarem os salários de leste e oeste e da alta conflitividade daí resultante, incomum no sindicalismo alemão do pós-guerra (Lane, 1994); e (iii) em retrocessos na regulação do mercado de trabalho, com a introdução de medidas de flexibilização dos contratos de corte neoliberal, com efeitos devastadores sobre a segurança no emprego, tradição alemã e base sólida do poder sindical naquele país (Fricke e Fricke, 1998).

Esse breve apanhado serve a um único propósito: chamar a atenção para o fato de que, ainda que o movimento geral de declínio na filiação seja indicador de injunções de caráter relativamente universal, em cada nação a literatura tende a identificar determinantes relacionados com as trajetórias específicas de seu sindicalismo. Preferências mais ou menos normativas por um tipo ou outro de explicação tendem a levar os autores a privilegiar, ou processos relativamente incontroláveis decorrentes das reformas econômicas em curso, ou as estratégias e práticas dos sindicatos e seus parceiros e adversários. A conclusão, informada pela sociologia comparada, é inescapável: se as vagas cegas das reformas econômicas pressionam a todos; e se certos movimentos sindicais resistem-nas, conseguindo crescer (e muito em alguns casos), então as mudanças estruturais, de cunho relativamente universal, não podem explicar univocamente o declínio. A literatura internacional, pois, dá razão à abordagem proposta aqui, de que aspectos relativos ao ambiente onde se negociam práticas e estratégias sindicais têm papel central na explicação da dinâmica de crescimento ou queda na filiação, ao lado das determinações de caráter estrutural.

[143] Como mencionado, os dados para a Alemanha Oriental restringem-se ao período 1991-1993 e não foram considerados aqui.

Como essas injunções se atualizam na cena sindical brasileira? Entre nós, a comparação da variação na densidade sindical da POA e dos assalariados com carteira está sugerindo que a perda de adeptos, além de pequena, não é unívoca. Deve-se esperar diferenças de comportamento por setor econômico, por características demográficas e região do país. Cumpre, então, responder à pergunta: na busca dos determinantes da variação na filiação sindical no Brasil, há espaço para escolhas ou, ao contrário, as análises correntes têm razão ao apontar causas estruturais como mais importantes?

4.4 As forças cegas: variação absoluta no total de filiados

Analistas do movimento sindical e dirigentes de entidades representativas dos trabalhadores certamente lerão com desconfiança os dados apresentados antes para o Brasil. A população assalariada viu a filiação *crescer* cerca de 230 mil pessoas entre 1988 e 1998, enquanto a queda na densidade sindical não foi tão intensa assim, na comparação com outros países. Tomando-se o número global de filiados e a taxa de filiação, o investigador mais açodado dirá, com toda segurança, que os sindicatos no país estão muito bem, obrigado. Isso é desconcertante, já que poucas coisas são tão unânimes quanto o diagnóstico de que o sindicalismo brasileiro está em crise. Crise de adeptos, crise financeira, crise de projeto e

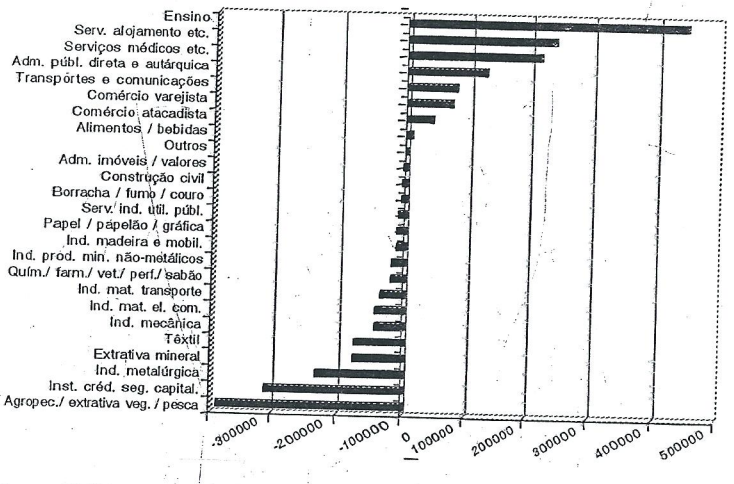
crise de legitimidade. Por que os dados agregados não a revelam? Estão errados os dados? Ou será que sindicalistas e estudiosos estão exagerando nas tintas, pintando um quadro mais negro do que deveriam?

As estatísticas prestam-se a jogos perigosos, por vezes. Elas revelam muito, mas também podem esconder, sob grandes números, movimentos mais finos e em direções contrárias que se anulam no agregado. É o que parece estar acontecendo aqui. Se descermos um pouco mais aos detalhes da distribuição da filiação segundo, por exemplo, os setores econômicos, as coisas ganham outra face: a estabilidade na taxa global de filiação *esconde* grande diversidade num nível mais desagregado. Esconde, também, a crise profunda vivida por sindicatos antes pilares do movimento sindical consolidado na década de 1980.

Assim, dividindo-se a população assalariada de 18 anos ou mais por 25 setores econômicos segundo a classificação do IBGE, tal como no gráfico 10, vê-se que 16 segmentos apresentaram queda no número de filiados entre 1988 e 1998, contra 9 onde houve crescimento. Quedas muito acentuadas, iguais ou superiores a 100 mil pessoas, ocorreram no grupo que agrega agropecuária e extração vegetal e animal, nas instituições de crédito e seguros, e na indústria metalúrgica. Em segundo lugar em termos de queda aparecem as indústrias têxtil e extrativa mineral, com perto de 70 mil perdas. Entre as maiores variações *positivas* estão os serviços de ensino (mais de 400 mil), de alojamento e médicos (mais de 200 mil cada um) e administração pública. Na verdade, e com poucas exceções, a categoria "outros" divide a distribuição de forma interessante: abaixo dela estão os ramos "perdedores" e quase todos são setores industriais. Acima dela estão os setores "ganhadores" e apenas um deles não é de

serviços ou comércio. Como se vê, ocorreu um grande deslocamento de filiados da agricultura e da indústria para os setores do terciário. Ao que tudo indica, a transição na filiação acompanha a transição recente do mercado de trabalho no Brasil, fruto da reforma econômica de corte neoliberal que redundou, dentre outras coisas, na destruição de mais de 2 milhões de empregos na produção. Em outras palavras, onde houve crescimento no emprego, ali também o número de filiados cresceu. E onde houve queda no emprego, o mesmo se deu com o número absoluto de adeptos aos sindicatos. Acompanhando tendência internacional, pois, a queda na taxa de filiação só não foi mais intensa porque o sindicalismo brasileiro conseguiu compensar parte substancial da perda de filiados na indústria e na agricultura com novos adeptos nos segmentos emergentes do mercado de trabalho.

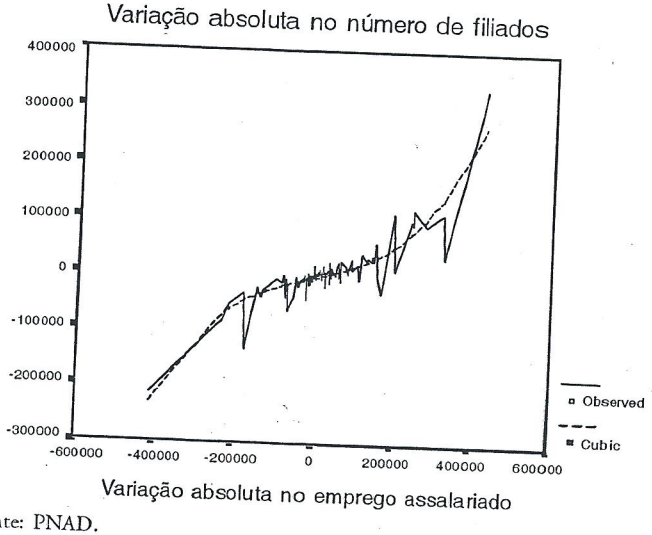
Gráfico 10 – Variação no número absoluto de filiados segundo setores econômicos: Brasil, 1988-1998, população assalariada de 18 anos ou mais



Fonte: PNAD (1988 e 1998).

Se desagregarmos ainda mais a população assalariada, desta vez por 156 setores econômicos, segundo a classificação do IBGE para 1988 e tornada compatível com 1998[144], temos uma regressão relacionando as duas variáveis (variação absoluta do emprego assalariado adulto e variação absoluta da filiação da POA adulta) numa equação de terceiro grau, que gera um R^2 de 0,81. Isto é, em mais de 80% das vezes as duas coisas variam na mesma direção. Esta relação

Gráfico 11 – Relação entre emprego assalariado total e número de filiados segundo 158 setores econômicos: Brasil, 1988-1998



Fonte: PNAD.

144 A variável v504, que na PNAD de 1988 indica o ramo de atividade principal dos ocupados, tem 163 categorias, das quais excluí, nesta análise, as três Forças Armadas e as atividades mal definidas (códigos 901 e 902). Excluí também o código 463, referente a casas lotéricas, porque o desenho amostral para 1988 captou apenas um indivíduo assalariado neste setor, o que enviesou a expansão dos dados. E excluí, por fim, o código 578, para serviços técnicos e profissionais, porque na amostra de 1998 não havia nenhum assalariado adulto neste ramo e, na de 1988, apenas dois, o que também enviesou os resultados.

pode ser visualizada no gráfico 11[145]. Note-se que, como tendência geral, a queda num indicador está relacionada com a queda em outro e vice versa na grande maioria dos casos e é possível dizer, sem qualquer sombra de dúvidas, que a causa da queda ou do aumento *absoluto* no número de filiados por setor é a queda ou aumento no emprego assalariado setorial. A questão de fundo passa a ser, então, a de encontrar os determinantes da variação no nível de emprego por setor.

Deixando de lado a variação na filiação dos empregados na agropecuária e extração vegetal, que não vão ser analisados aqui, sugeri que a devastação no emprego industrial e no número de filiados neste segmento da economia decorreu do ajuste neoliberal em curso no país, o Plano Real. De fato, ainda que a indústria venha demitindo desde o início da década de 1990, há um nítido corte em 1996 na taxa de redução na filiação ali, por comparação com 1988. Em 1992, por exemplo, eram 47 mil filiados a menos em toda indústria (incluindo extrativa mineral, construção civil e serviços industriais de utilidade pública). Tomando-se apenas a indústria de transformação, a queda em 1992 tinha sido de 45 mil filiados (relativamente a 1988). Em 1993 os valores eram de menos 99 mil e 79 mil, respectivamente. Em 1995, 98 mil e 47 mil. Mas em 1996 perderam-se 350 mil filiados na indústria em geral e 211 mil na de transformação, cifras que sobem a 506 mil e 414 mil em 1998, sempre em relação a 1988. Note-se que se está falando da perda de 1/5 do total de pouco mais de 2.100 mil filiados existentes na indústria de transformação dez anos antes.

145 A linha de tendência do gráfico tem a seguinte equação: $Y = 2{,}329E-12\ x^3 + 6{,}84E-08\ x^2 + 0{,}178\ x - 4341{,}61$, onde Y é a variação absoluta no emprego entre 1988 e 1998 e X é a variação absoluta na densidade sindical.

São cifras astronômicas, que dão sentido à impressão geral de que os sindicatos industriais vivem momento de crise sem precedentes. Há mais, porém. Refiro-me à destruição de nada mais, nada menos, que 1,7 milhão dos pouco mais de 8 milhões de empregos com carteira assinada na indústria em geral existentes em 1988[146]. Os trabalhadores com carteira são a clientela tradicional dos sindicatos, aqueles de quem as entidades podem descontar, compulsoriamente, o imposto sindical. Parte substancial da crise do sindicalismo industrial decorreria, então, tanto da redução de postos de trabalho como da perda de qualidade do emprego sobrevivente, cada vez mais informal. A base de arrecadação voluntária e compulsória dos sindicatos foi enormemente reduzida na indústria, e sem dinheiro não há sindicalismo forte.

Se estes dados são contundentes, há coisas, porém, sobre as quais eles se calam. Em 1988 a taxa de filiação em toda a indústria de transformação era de 30%. Havia, portanto, uma grande margem de crescimento para os sindicatos entre os 5 milhões de trabalhadores ausentes de suas entidades de classe. A queda no número de trabalhadores formais poderia ser inteiramente compensada (ou mesmo suplantada) com o aumento na taxa de filiação dos trabalhadores "sobreviventes", isto é, com a incorporação de novas clientelas. Mas em 1998, a densidade sindical na indústria tinha caído para 27%, revelando uma incapacidade do movimento operário fazer frente aos desafios da hora e crescer entre novos contingentes. Por outras palavras, a variação absoluta no emprego, sobretudo no emprego formal, explica *a perda* de adeptos, mas não explica a *ausência de crescimento* entre

[146] Lembrar que estou falando, sempre, de emprego assalariado de pessoas de 18 anos ou mais de idade.

novas clientelas. Esta terá a ver sobretudo com estratégias sindicais, com mudanças no perfil da força de trabalho, com a reestruturação produtiva e com o desemprego, dentre outros determinantes. Volto a isso na seção seguinte.

A variação absoluta negativa no setor industrial é sem dúvida avassaladora, mas o Plano Real afetou, também muito fortemente, os sindicatos de bancários, que perderam mais de 200 mil filiados (180 mil dos quais depois de 1994) e 500 mil empregos com carteira assinada. Ou seja, estes sindicatos viram sua base de arrecadação cair a quase a metade, tendo em conta os 1,1 mil postos formais existentes em 1988. Em termos relativos, pois, a devastação foi mais intensa nos bancos do que na indústria, e tem relação direta com a reestruturação do sistema financeiro no país, que combinou pelo menos quatro movimentos salientes: a privatização e/ou liquidação de bancos estaduais; a conseqüente redução da oferta de bancos de varejo, que empregavam mais; a internacionalização, com conseqüente concentração econômica no sistema como um todo; e a informatização do atendimento ao cliente, cada vez menos dependente da agência (Jinkings, 2000). E é bom lembrar que a margem de crescimento da filiação era bem menor neste setor de serviços do que no de produção: à diferença da indústria, nos bancos e instituições de crédito a densidade sindical era de quase 50% em 1988, chegando a perto de 60% no caso das caixas econômicas. Mesmo se crescessem entre novas clientelas, incorporando todos os novos empregados no setor, ainda assim os sindicatos de bancários teriam menos filiados em 1998 do que em 1988.

Em suma, a diminuta variação na *taxa* de filiação sindical da POA no país, de 1,9 pontos percentuais no período, esconde uma perda substancial de adeptos em toda a

indústria e na indústria de transformação em particular, sobretudo naqueles segmentos mais expostos à abertura comercial: metalúrgica, mecânica (que inclui bens de capital), material elétrico, material de transportes (especialmente autopeças) e têxtil. E esconde, também, a crise no sindicalismo bancário. Nestes dois casos, a queda em números absolutos tem diretamente a ver com o ajuste econômico, ou pelo menos com dois de seus pilares mais salientes: a abertura comercial com valorização cambial, que obrigou as empresas a uma profunda reestruturação produtiva centrada sobretudo na destruição de postos de trabalho; e a abertura do sistema financeiro, que concentrou e informatizou os serviços bancários.

Se isso parece inequívoco, nem tudo o que se passa nas hostes do sindicalismo é reflexo das reformas macroeconômicas em curso. Se tomarmos outro pilar do Plano Real, a reforma do Estado com mola mestra nas privatizações, as correlações não são tão claras. No caso da indústria extrativa mineral por exemplo, dos 170 mil empregos perdidos (acompanhados de 73,4 mil filiados a menos e de queda de 10 pontos percentuais na taxa de adesão), 134 mil já tinham desaparecido em 1993, com destaque para os Estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, segundo a mesma fonte do gráfico. A perda de empregos aqui, portanto, é anterior à privatização da siderurgia e da Vale do Rio Doce. Boa parte deles, aliás (24 mil), desapareceram no segmento de produção de petróleo e gás natural, isto é, no âmbito da Petrobras e suas empreiteiras. No segmento de distribuição de energia elétrica (subsumido nos serviços industriais de utilidade pública), a venda das empresas estatais não parece ter tido efeito independente sobre a densidade sindical. Trinta mil dos mais de 63 mil empregos perdidos

nesse setor o tinham sido já em 1993. E a taxa de filiação não apresenta queda sistemática no tempo. Ao contrário, ela sobe de 52% para 59% entre 1996 e 1998, ainda assim permanecendo abaixo dos 68% de 1988. No caso dos serviços de distribuição de gás, privatizados em vários Estados da Federação, a taxa de adesão também cresceu, de 15% em 1988 para 57% em 1998. Dá-se o mesmo nos segmentos de água e esgoto e na coleta de lixo.

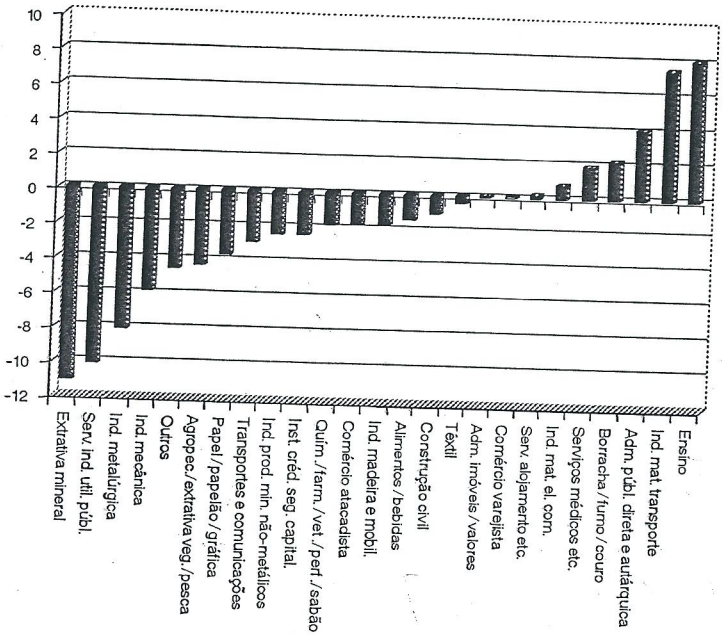
Em suma, a imagem de crise profunda do sindicalismo brasileiro, que a taxa agregada de filiação deixa de expressar adequadamente, decorre de que os segmentos mais afetados pela reforma econômica neoliberal em curso são também os sustentáculos mais salientes do sindicalismo militante da década de 1980, vale dizer, os trabalhadores industriais e os bancários. Categorias cujos sindicatos têm, ainda, grande presença no debate nacional (principalmente os metalúrgicos em seus vários subsetores) e que influenciam decisivamente os destinos das duas centrais sindicais mais importantes do país, a CUT e Força Sindical. Categorias, enfim, com poder de formar opinião e de eclipsar o sucesso dos sindicatos de funcionários públicos, profissionais de ensino ou dos trabalhadores em hotelaria. A crise do sindicalismo brasileiro, conquanto exista, não é universal.

4.5 A agência: variação relativa na densidade sindical

Se a tendência geral de covariância entre emprego e número de filiados é inequívoca, por outro lado o gráfico 11 analisado antes permite perceber que há casos em que a filiação cai mais do que o emprego, enquanto em outros setores o número de filiados cresce mais do que o de empregados assalariados. Isso tem impactos diferenciados na variação *na taxa* setorial de filiação entre as duas pontas do perío-

do analisado aqui. Tudo sugere uma maior independência entre as mudanças na densidade sindical e a variação no emprego. Comparando-se grosseiramente o gráfico 12 ao gráfico 10, fica claro que não há correlação estreita entre a variação *na taxa* de filiação e no *número* de filiados. Em 5 dos 25 setores a correlação inexiste. Em dez ela é inversa, anulando parte da coincidência entre os outros dez setores. No agregado, a correlação simples (R de Pearson) é de 0,22, muito inferior aos 0,90 da correlação entre número de empregos e número de filiados.

Gráfico 12 – Variação na filiação sindical (em pontos percentuais) segundo setores econômicos: população ocupada assalariada, Brasil, 1988-1998



Fonte: PNAD (1988 e 1998).

Assim como no caso da variação absoluta, nove segmentos econômicos viram crescer sua taxa de filiação, com

destaque para os serviços de ensino e para a indústria de material de transportes, com perto de 8 pontos percentuais de aumento na densidade. Em terceiro lugar aparece a administração pública, com crescimento de 4 pontos percentuais. As maiores quedas dentre os 16 setores que perderam densidade ocorreram na indústria extrativa mineral, nos serviços industriais de utilidade pública e na indústria metalúrgica, todos com declínio de mais de 8 pontos percentuais. Para que não reste dúvidas: nesses setores, a perda de adeptos ocorreu em ritmo mais intenso do que a perda de empregos, que por seu lado já se mostrara muito alta. Isso quer dizer que os sindicatos, aqui, não apenas foram incapazes de impedir o desemprego, como ainda perderam adeptos entre os empregados sobreviventes.

Cabe chamar a atenção, uma vez mais, para os serviços de ensino (público e privado), que viram o emprego crescer em mais de 750 mil postos de trabalho, trazendo consigo um aumento de 8 pontos percentuais na densidade sindical. Isto é, o sindicalismo no setor foi extremamente eficaz na filiação de novos adeptos num momento de expansão de sua base, algo que ocorreria também, mas em menor medida, na administração pública direta e autárquica (mais 51 mil empregos entre 1988 e 1998 e 4 pontos na densidade) e nos serviços médicos, veterinários, de enfermagem etc. (mais 718 mil empregos e 2 pontos na densidade). Como mencionado antes e em consonância com a experiência internacional, a sobrevivência do movimento sindical, medida em termos da taxa de adesão, foi possível justamente devido à capacidade dos sindicatos de segmentos emergentes ou em expansão no mercado de trabalho incorporarem em suas hostes novos contingentes de trabalhadores. No setor de serviços aconteceu exatamente isso.

Destoando um pouco desse grupo de serviços, alguns setores industriais apresentaram *queda* absoluta na filiação, mas a proporção de filiados sobre o total aumentou. É o caso da indústria de material de transportes, que, a despeito de ter perdido perto de 180 mil empregos e 35 mil filiados, viu a densidade sindical subir quase 8 pontos percentuais. A perda de adeptos foi menor do que a perda de empregos ali, algo que ocorreu também nas indústrias de borracha (menos 56 mil empregos e 7 mil filiados, mas com ganho de 2 pontos percentuais na densidade sindical) e de material elétrico e de comunicação (perda de 135 mil empregos e 41 mil filiados, mas ganho de quase 1 ponto percentual na taxa de filiação).

O gráfico deixa claro que não há uma nítida divisão entre ganhadores e perdedores de densidade. Entre os bem-sucedidos há setores industriais e dos serviços, e entre os mal-sucedidos também. Entretanto, se excluirmos a agricultura, *os maiores perdedores são os segmentos produtivos urbanos.* Note-se que as quedas mais destacadas ocorreram, de novo, na indústria extrativa mineral e nos serviços industriais de utilidade pública que, como vimos antes, começam a perder adeptos *antes* da reforma econômica em curso. Entretanto, se esta perda absoluta não parece estar associada às privatizações, a perda relativa, principalmente no segmento de geração e distribuição de energia elétrica (que mais gera empregos entre as indústrias de utilidade pública), ocorre depois de 1995, sugerindo que as demissões pós-Real atingiram mais intensamente os estratos sindicalizados.

No que tange aos setores industriais perdedores, e ao contrário do que se passou com a variação absoluta, a queda relativa no montante de filiados a sindicatos não pode ser atribuída diretamente ao programa neoliberal de ajuste econômico. Não há qualquer padrão consistente quando se analisam os setores de forma mais desagregada. Por exemplo, nas indústrias de papel, papelão e gráfica, a maior perda relativa ocorre em 1997, e não em 1998, ao passo que em 1996 e 1995 a densidade *era maior* do que no início do período, 1988. Na indústria de borracha, a taxa varia negativamente em 1996 e 1997, mas positivamente em 1995 e 1998, sempre em relação a 1988. As indústrias metalúrgicas têm sua queda acentuada depois de 1996, mas numa dinâmica de perda de densidade que vinha de 1992. Nas indústrias mecânicas a variação é negativa em 1996, positiva em 1997 e negativa novamente em 1998. Já nas indústrias de calçados e de couro/pele os efeitos da abertura comercial sobre as taxas de filiação parecem mais salientes: a variação negativa dá-se destacada e consistentemente, depois de 1996. Em outras palavras, a explicação da variação na densidade sindical está exigindo outros elementos, para além da exposição da economia à competição externa, que obrigou as empresas a intensa reestruturação produtiva. Isso destruiu postos de trabalho, mas muitos sindicatos conseguiram manter ou mesmo ampliar a taxa de filiação. Por quê?

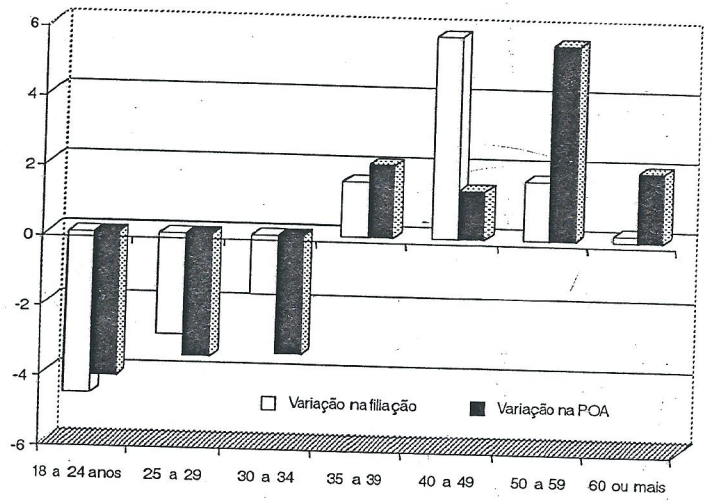
Como vimos antes, a literatura internacional sugere que a sobrevivência dos sindicatos está estreitamente relacionada com sua capacidade de acompanhar as transições estruturais nos mercados de trabalho, atraindo adeptos entre os novos entrantes nos velhos e novos segmentos da economia. A feminização da força de trabalho, a mudança nos padrões qualificacionais gerais (força de trabalho mais escolarizada), a terciarização da economia e a redução do tamanho das empresas, a reestruturação produtiva na indústria, ao lado do desafio de filiar jovens trabalhadores, são aspectos centrais à sobrevivência do sindicalismo. Aspectos atinentes a

estratégias e práticas sindicais não apenas defensivas diante de "forças cegas", mas ofensivas em ambientes hostis ou em transição. Apresentando relação, portanto, com opções, escolhas, negociações, deliberações, enfim, com a capacidade de indivíduos e coletividades atuarem sobre o ambiente que coabitam e produzirem efeitos em direções diversas daqueles resultantes de forças alheias ao seu controle direto. A variação na densidade sindical, ao apontar para outros determinantes do que apenas a variação no emprego, será tomada aqui como medida de tais estratégias, num sentido preciso: como indicação de se os sindicatos têm ou não margem de manobra para contra-arrestar o poder destrutivo das mudanças estruturais em curso.

Iniciemos pela transição demográfica no mercado de trabalho. O gráfico 13 traz a variação, em pontos percentuais, na composição da POA e dos filiados a sindicatos segundo idade entre 1988 e 1998. O primeiro aspecto a se salientar é o envelhecimento da POA em dez anos: há um nítido deslocamento das faixas etárias mais jovens (18 a 34 anos), que perdem mais de 11 pontos percentuais em participação relativa, para aquelas acima de 34 anos, com destaque para o grupo entre 50 e 59 anos, que rouba, sozinho, 5,8 pontos percentuais[147]. Em segundo lugar, os sindicalizados também migraram neste passo, mas num movimento menos intenso: 9,2 pontos percentuais de migração das faixas menores para as maiores, com concentração no destino na faixa de 40 a 49 anos. Ainda assim a associação entre os dois percursos é evidente, com correlação de Pearson de mais de 0,71: enquanto a POA envelhecia, os filiados a sindicatos também ficavam mais velhos, mas não exatamente na mesma proporção.

[147] É bom lembrar que as variações na participação relativa de cada estrato anulam-se: tudo o que os estratos em queda perdem é "abocanhado" pelos estratos que crescem. Por isso é possível falar em "deslocamento" entre os estratos.

Gráfico 13 – Variação (em pontos percentuais) na composição etária da POA e na proporção de filiados segundo a idade, entre 1988 e 1998

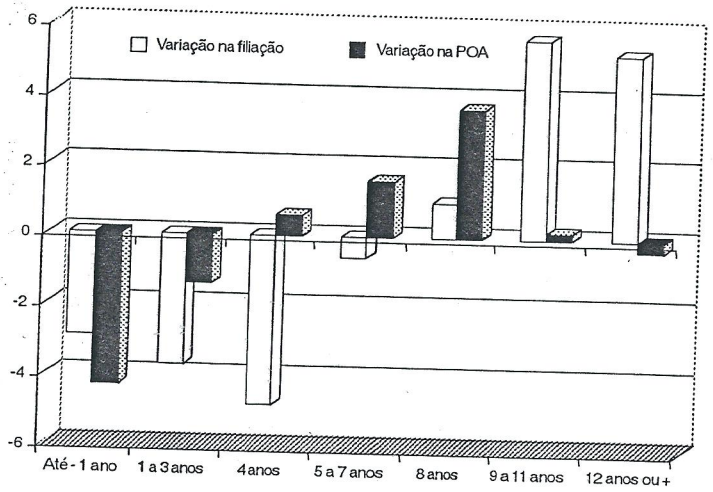


Fonte: PNAD (1988 e 1998).

No caso da escolaridade (gráfico 14) a associação já não é tão evidente. Assistiu-se a um deslocamento de empregos (num total de menos de 6 pontos percentuais) das faixas muito baixas de escolaridade, menores do que 4 anos de estudo, para faixas intermediárias, principalmente o primeiro grau completo. Houve inclusive queda no estrato mais alto, de 12 anos ou mais de estudo. Já entre os filiados a sindicatos, o deslocamento dos estratos inferiores atingiu também o ginásio incompleto, num total de 12 pontos percentuais de migração para as faixas superiores, com destaque para colegial incompleto e superior, que ficaram com 11 destes pontos. Por outros termos, a POA teve sua escolaridade melhorada, mas o maior ganho de adeptos a sindicatos

deu-se ou no estrato de anos de estudo *que perdeu participação relativa*, ou no que cresceu muito pouco, caso da universidade e do colegial, respectivamente. Isso tem estreita conexão com a expansão da sindicalização nos serviços de ensino, nos serviços médicos, na administração pública e na indústria automobilística, todos eles setores que, como é sabido, contratam trabalhadores de maior escolaridade.

Gráfico 14 – Variação (em pontos percentuais) na composição da POA e na proporção de filiados segundo anos de estudo, entre 1988 e 1998

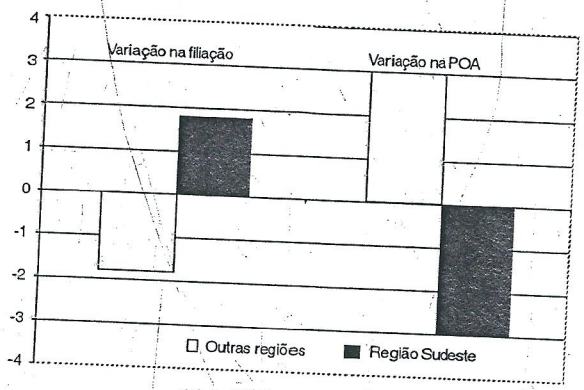


Fonte: PNAD (1988 e 1998).

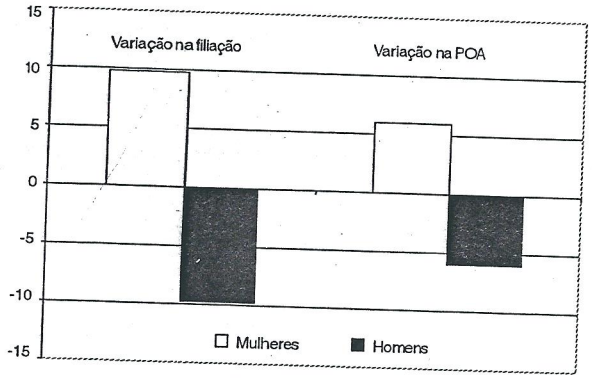
O gráfico 15 traz a transição em quatro indicadores demográficos: a cor, o gênero, a ocupação e a região do país, e parece evidente que em três deles o movimento sindical brasileiro conseguiu adaptar-se às mudanças no perfil da força de trabalho ocupada. Em primeiro lugar, a filiação cresceu bastante entre as mulheres: enquanto sua participação na POA aumentava pouco mais de 5 pontos percentuais, entre os filiados elas ganharam 9 pontos, taxas, obviamente, idênticas às perdas relativas entre os homens. Em segundo lugar, algo semelhante passou-se com as ocupações de produção: a perda de 2,2 pontos percentuais na POA foi suplantada com quase 5 pontos pela variação na densidade sindical, ao passo em que nas ocupações novas ou antigas, mas em qualquer caso emergentes no mercado de trabalho, os sindicatos conseguiram arregimentar relativamente mais pessoas do que o crescimento na POA. Em terceiro lugar, os brancos perderam participação relativa para os não brancos, dando-se o mesmo com a filiação, se bem que as variações tenham sido muito diminutas. A única exceção foi o crescimento da proporção de associados que estavam no Sudeste, região que perdeu emprego assalariado para as demais.

Estes dados sugerem capacidade de adaptação dos sindicatos à transição demográfica no mercado de trabalho assalariado. De um modo geral, o sindicalismo no Brasil conseguiu atrair adeptos entre contingentes emergentes neste mercado, com destaque para as mulheres e os trabalhadores não-operários. Cabe ressaltar que, mesmo que tenha sido

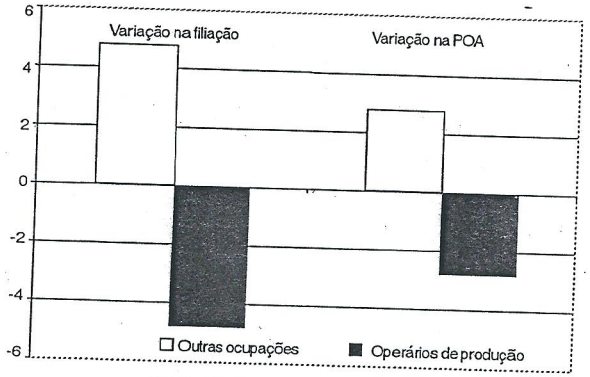
Gráfico 15 – Variação na distribuição da POA e dos filiados segundo indicadores selecionados: Brasil, 1988-1998



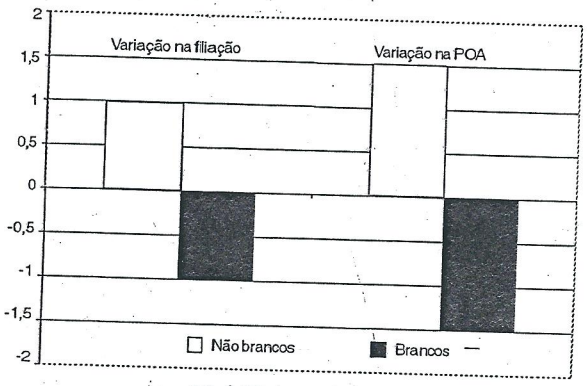
15-1: Variação por região



15-2: Variação por gênero



15-3: Variação por ocupação



15-4: Variação por cor

Fonte: PNAD (1988 e 1998).

incapaz de atrair jovens, isso não teve efeito sobre a taxa de sindicalização, uma vez que os jovens perderam participação relativa em dez anos na POA, e intensamente: perto de 8 pontos percentuais se considerarmos os trabalhadores até 29 anos, quase a mesma proporção entre os filiados a sindicatos.

4.6 Conclusão

Neste capítulo pudemos averiguar, com dados agregados sobre a variação na filiação sindical, se os sindicatos tiveram ou não margem de manobra na década neoliberal, isto é, se puderam ou não resistir às pressões globais por liberalização dos mercados de trabalho e redução de seu poder na representação de interesses dos trabalhadores, o que denominei, aqui, de "forças cegas" da globalização. Os dados disponíveis se mostraram apenas parcialmente adequados à inquirição. Ficou demonstrado, de forma inequívoca, que a perda de adeptos explica-se quase inteiramente pela perda de emprego assalariado nos setores econômicos, com destaque para a indústria de transformação e os serviços de crédito (em especial os bancos). Nessas condições, a crise na filiação sindical absoluta foi, principalmente, reflexo da crise no emprego assalariado no país, tendo estreita conexão com o programa de ajuste pelo mercado encetado pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Ao mesmo tempo, todo o sindicalismo, malgrado a crise na indústria e nos bancos, mostrou-se bastante eficiente na atração de novos adeptos entre estratos populacionais em expansão no mercado de trabalho, como as mulheres e os trabalhadores de maior escolaridade. É isso que explica a relativa estabilidade na taxa de filiação em dez anos. A capacidade de adaptação do movimento sindical pode estar sugerindo a existência de espaços de atuação às lideranças no

sentido de delimitar estratégias de consolidação de poder relativamente independentes das injunções estruturais.

Na verdade, a primeira hipótese orientadora da investigação, que postula submissão total ou importante do sindicalismo a forças cegas, exige uma correlação estreita entre, de um lado, as mudanças estruturais, como redução do assalariamento por setor econômico, reestruturação produtiva etc., tudo como resultado do Plano Real e, de outro lado, o movimento *das taxas* de sindicalização. Essa relação não existe, nem mesmo quando analisamos a indústria em separado. Os dados não foram apresentados antes, mas indicador importante de reestruturação produtiva é a variação no emprego na produção na indústria. A PNAD permite uma aproximação a esse movimento, através do agrupamento de códigos ocupacionais. Pois a correlação (Pearson) entre variação no emprego formal na produção e densidade sindical entre 1988 e 1998 é de 0,063, ou virtualmente nula. Por outras palavras, não parece haver efeito agregado mensurável das mudanças recentes no mercado de trabalho industrial sobre a densidade sindical ali. Tudo sugere *não haver* submissão *total* a esses movimentos estruturais, neste caso específico.

Se isso é verdade, por outro lado os dados disponíveis mostram, agora sim de forma cabal, que a perda relativa de adeptos ocorreu justamente entre os segmentos da força de trabalho que estiveram mais fortemente submetidos às vagas neoliberais e à competição entre os próprios assalariados, isto é, aqueles de menor escolaridade, maioria na população que vive do trabalho. Ali onde a competição no mercado de trabalho é menor, onde a qualificação diferencial permite ao indivíduo maior poder de barganha, ou seja, nos estratos superiores de escolaridade, os sindicatos cresceram. A que devemos atribuir esse resultado: a uma estratégia sindical específica, voltada deliberadamente para segmentos menos sujeitos à competição; ou à adaptação pragmática à nova realidade do mercado de trabalho, que experimentou vertiginoso crescimento nos segmentos dos serviços onde a escolaridade é uma barreira de entrada (como os serviços médicos, o ensino e mesmo o serviço público mais graduado) e, portanto, submissão às ditas "forças cegas"? Resposta categórica é impossível aqui, mas hipótese bastante plausível parece ser que os sindicatos de categorias já previamente fortes em organização, como as mencionadas, valeram-se do maior poder de barganha de seus representados para ganhar novos adeptos, sem que isso tenha relação direta com a perda de outras categorias, isto é, sem que o movimento sindical tenha *coordenado* essa migração de um grupo de categorias profissionais a outro. Se cabe uma aposta, na década neoliberal o comportamento sindical foi muito mais adaptativo do que ativo, e esse é mais um sintoma de sua crise de representatividade.

Não posso deixar de mencionar uma outra hipótese explicativa para ao menos parte do crescimento junto aos novos segmentos de trabalhadores, que supõe tenha ele caráter unicamente vegetativo. Nesse caso, é como se houvesse uma propensão média à sindicalização por parte de uma proporção relativamente constante da massa assalariada, de tal modo que, não importem as mudanças na composição da POA, uma taxa sempre estável (ou quase) procurará os sindicatos, digamos, para ter acesso aos serviços assistenciais. Como veremos no capítulo seguinte, o acesso aos serviços é o principal motivo declarado pelos trabalhadores para a filiação a sindicatos. Isso estaria explicando, por exemplo, o aumento da taxa de filiação entre a população mais velha, carente de serviços públicos adequados. Nesse caso, a adaptação dos sindicatos aos movimentos da POA teria pouca relação com

estratégias e práticas das lideranças, e mais com um certo *ethos* do salariato no país, que garante aos sindicatos uma fatia estável das preferências dos trabalhadores, ainda que em nada relacionada com a participação política, a constituição de solidariedade de classe ou a disposição para a ação coletiva.

Seja como for, espero ter demonstrado que o ajuste neoliberal da década de 90 está *na raiz* da crise do sindicalismo industrial e bancário, por duas razões centrais: primeiro, porque reduziu sua base social e, com ela, parte substancial dos recursos das instituições de representação. Ainda que alguns segmentos da indústria tenham aumentado as taxas de filiação, como o de material de transportes ou o de borracha, isso ocorreu concomitante à perda de milhares de empregos formais e, portanto, de base de arrecadação. Em segundo lugar, porque aumentou a competição no mercado de trabalho, ao gerar altas taxas de desemprego nestes setores específicos. Esse último aspecto pode estar ajudando a explicar por que a maioria dos sindicatos industriais não conseguiu crescer entre os empregados que sobreviveram à reestruturação. Outro tanto da explicação caberá, supõe-se, aos programas de qualidade, que competem com os sindicatos pela lealdade dos trabalhadores. Mas isso também requer especificações, já que a indústria automobilística, talvez a mais reestruturada de todas, apresenta crescimento substancial de densidade antes já bastante alta, como vimos no capítulo 1.

Constatei, finalmente, um crescimento vertiginoso da densidade sindical entre profissionais de ensino e entre funcionários públicos em geral, além de profissionais de saúde. Esses setores são estratégicos na estrutura da CUT, por exemplo, e talvez não seja coincidência a eleição de uma liderança do professorado paulista para a direção da central em 2001.

A CUT parece ter chancelado, no nível da representação, as mudanças estruturais no mercado de trabalho e, uma vez mais, talvez estejamos falando de forças cegas, de uma acomodação também da CUT ao fato de que a indústria deixou de ser o terreno mais propício à fertilização da ação coletiva sindical.

O fato dos sindicatos terem acompanhado as transformações no mercado de trabalho, abandonando as categorias mais frágeis em favor daquelas com maior poder de barganha, deve estar se refletindo em seu papel de avalista da segurança socioeconômica de seus associados. As mudanças estruturais apontadas resultaram em precarização global do emprego no país, com aumento nas taxas de desemprego, de informalidade e de rotatividade. Nesse cenário, torna-se crucial investigar em que medida a representatividade mesma da instituição sindical foi afetada. Isso será feito no próximo capítulo, onde analiso um *survey* junto à população de três regiões metropolitanas brasileiras, que mensura justamente a insegurança socioeconômica em sua relação com a filiação sindical. Trata-se, portanto, de um passo além em relação à discussão precedente, rumo a um melhor dimensionamento dos impactos da década neoliberal sobre o sindicalismo no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

Abramo (1999)

Laís Wendel Abramo, *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

Abreu e Ramalho (1998)

Alice Rangel de P. Abreu e José R. Ramalho, *Reestruturação produtiva e trabalho no Rio de Janeiro: o pólo automobilítico do Sul Fluminense*. Caxambu, 27-31 out. 1998 (Trabalho apresentado no XXII Encontro Anual da ANPOCS, mimeografado).

Adler e Webster (1995)

G. Adler e Eddie Webster, "Challenging transition theory: the labour movement, radical reform and transition to democracy in South Africa". *Politics and Society*, v. 23, n. 1, 1995.

Altvater (1995)

Elmar Altvater, "O mercado mundial como área de operações, ou a transformação do Estado nacional soberano no Estado nacional concorrencial". *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, n. 23, maio de 1995.

Amadeo (1999)

Edward Amadeo, "Mercado de trabalho brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho". *In:* OIT e MTE, *Brasil: abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil*. Brasília, MTE, 1999. p. 35-60.

Amadeo e Camargo (1996)

Edward Amadeo e José Márcio Camargo. "Instituições e mercado de trabalho no Brasil". *In:* J. M. Camargo (org.), *Flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 1996. p. 47-94.